

Uma apreciação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador

Wilson F. Menezes*

Resumo

Este trabalho analisa o comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador entre 1997 e 2005, a partir das informações levantadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego dessa região. Para tanto, faz-se uma avaliação do comportamento da taxa de participação, da ocupação e do desemprego, além de um balanço das remunerações recebidas nesse período pelos diversos segmentos da atividade econômica. Em 2005, constata-se um crescimento ininterrupto da ocupação desde 1999, a menor taxa de desemprego desde 1998, e a diminuição das remunerações dos trabalhadores, com exceção dos segmentos mais pobres em que os 10% de menor renda recebem até R\$ 68.

Palavras-chave: mercado de trabalho, ocupação, emprego, desemprego, rendimentos.

Abstract

This paper analyses the labor market behavior in the Metropolitan Area of Salvador between 1997 and 2005, from data raised by the region's Employment and Unemployment Research. Hence, the participation, occupation and unemployment rate was evaluated, as well as a balance of the earnings perceived during this period by the different economic activity segments. We observed a continuous occupation growth from 1999 to 2005, the lowest unemployment rate since 1998, and a decrease in the laborers' earnings, except for the poorest population segments where 10% perceiving the lowest income receive up to R\$ 68.

Key words: labor market, occupation, employment, unemployment, income.

INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) produz informações que possibilitam análises da estrutura e da dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho. Para uma caracterização da situação ocupacional das pessoas pesquisadas, a PED privilegia a condição de procura de trabalho. Pode-se então captar as formas de desemprego próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do mercado brasileiro, mais especificamente o caso do mercado de trabalho da RMS.

Com o auxílio dessa pesquisa tem-se condição de tornar evidente o desemprego aberto (mais comum e conhecido), bem como as duas formas de desemprego oculto: por trabalho precário e por desalento. O levantamento das informações da PED permite ainda o acompanhamento evolutivo de aspectos quantitativos e qualitativos do mercado de trabalho da RMS, de sorte que seus resultados fornecem preciosas informações para uma melhor compreensão do funcionamento do mercado de trabalho dessa região metropolitana. Compreensão essa que naturalmente contribuirá para que sindicatos, governo e todos aqueles que atuam no mundo do trabalho possam tomar decisões economicamente mais técnicas e racionais, em particular as decisões de política social.

Com base nas informações dessa pesquisa, este artigo objetiva a realização de uma avaliação de alguns aspectos relativos ao mercado de trabalho da RMS. Para

*Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA e Coordenador da PED-RMS pela UFBA. awilson@ufba.br

tanto, consideram-se informações, contidas no período entre 1997 e 2005, relativas à ocupação, desemprego e rendimentos do trabalho. O trabalho encontra-se dividido em mais cinco partes, além dessa introdução. A segunda apresenta a evolução da PIA, PEA e taxa de participação, tentando caracterizar a pressão que os diferentes grupos sociais da RMS realizam sobre o mercado de trabalho. A terceira parte, após explanação do conceito de ocupação, detém-se na análise do desempenho do nível de ocupação da RMS. Na quarta parte expõe-se o conceito de desemprego e seus tipos, para em seguida realizar-se um acompanhamento das taxas de desemprego dessa região metropolitana. Na quinta parte, faz-se uma avaliação da evolução dos rendimentos médios pagos nos últimos anos na Região Metropolitana de Salvador. Finalmente algumas conclusões são apresentadas.

EVOLUÇÃO DA PIA, PEA E DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO

Segundo os critérios da PED, a População em Idade Ativa (PIA) corresponde à população com dez anos ou mais, enquanto que a População Economicamente Ativa (PEA) é representada pela parcela da PIA ocupada ou desempregada. A partir desses dois indicadores pode-se então estimar a taxa de participação, que mede a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho. Essa taxa resulta da relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA), indicando a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas.

Tabela 1
Estimativas anuais médias da PIA e da PEA RMS, 1997-2005

Indicadores	Anos									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Pop. Idade Ativa (PIA)	2.260	2.322	2.385	2.452	2.521	2.589	2.660	2.734	2.810	
Pop. Eco. Ativa (PEA)	1.354	1.393	1.436	1.496	1.548	1.611	1.671	1.692	1.717	

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

A Tabela 1 apresenta uma síntese das estimativas anuais médias da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA), por condição de atividade, ou seja, desempregada ou ocupada. A PIA da RMS saltou, entre 1997 e 2005, de 2.260 mil pessoas para 2.810 mil, enquanto que a PEA passou de 1.354 mil para 1.717 mil.

Em relação a 1997, a PEA cresceu mais que a PIA, respectivamente 26,8% e 24,3%. Isso significa dizer que a pressão sobre o mercado de trabalho foi superior ao ritmo de crescimento da PIA. Com esses números, a incorporação dos novos entrantes no mercado de trabalho ficou problematizada, resultando em uma elevação de 43,5% no número de desempregados

Para uma melhor avaliação do comportamento desses indicadores, foram geradas relações entre as informações do ano 2005 e as de 1997, 2001 e 2004, tal como podem ser visualizadas na Tabela 2. Assim, pode-se comparar a situação atual com o primeiro ano da PED na RMS, com o último ano do governo anterior e com o

ano anterior. Uma observação dessa tabela permite afirmar que, em relação a 1997, a PEA cresceu mais que a PIA, respectivamente 26,8% e 24,3%. Isso significa dizer que a pressão sobre o mercado de trabalho foi superior ao ritmo de crescimento da PIA. Com esses números, a incorporação dos novos entrantes no mercado de trabalho ficou problematizada, resultando em uma elevação de 43,5% no número de desempregados.

Em relação ao ano de 2001, esse movimento se inverte, caracterizando uma mudança estrutural significativa, pois a PEA cresceu 10,9% contra um aumento de 11,5% da PIA. Fica, portanto, claro que a PEA continuou a aumentar, mas agora a um ritmo inferior ao crescimento da PIA. Essa inversão pode estar significando que o contingente de inativos está aumentando proporcionalmente mais que o crescimento da PEA; isso, naturalmente, diminui a pressão das pessoas no mercado de trabalho. Entretanto, em não havendo mudanças significativas no plano econômico, o alcance dessa redução sobre o nível de bem estar das pessoas fica bastante reduzido. Efetivamente o

número de pessoas inativas cresceu 20,6% em relação a 1997, 12,3% com respeito a 2001 e 4,9% relativamente a 2004. Esse mesmo movimento acontece em relação a 2004, quando a PIA aumenta 2,8% e a PEA se eleva em 1,5%.

Tabela 2
Variações dos indicadores de 2005 em anos selecionados

Variações	2005 / 1997	2005 / 2001	2005 / 2004
Pop. Idade Ativa (PIA)	24,3	11,5	2,8
Pop. Eco. Ativa (PEA)	26,8	10,9	1,5

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Um acompanhamento da taxa de participação ao longo do tempo permitirá um melhor entendimento do funcionamento do mercado de trabalho. Com isso, pode-se assegurar uma análise mais consistente dos movimentos relativos à ocupação, desemprego e rendimentos dos trabalhadores.

Uma inspeção da Tabela 3 permite dizer que entre 1997 e 2003 há uma elevação da taxa de participação para brancos, negros e mulheres no mercado de trabalho da RMS, quando se inicia um processo de redução dessa participação praticamente para todos os segmentos, com exceção dos brancos que continuam a aumentar essa taxa até 2004. A participação dos homens se mostra relativamente estável em todo o período. Esses movimentos garantem uma relativa estabilidade da taxa de participação para o conjunto dos trabalhadores da RMS.

Em 2005, a taxa de participação se apresenta mais elevada: para os chefes de família que para os cônjuges e filhos, para pessoas entre 25 e 59 anos em relação às demais faixas etárias, para os homens

Tabela 3
Estimativas da taxa de participação 1997-2005

Atributos pessoais	Anos									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
TOTAL	59,9	60,0	60,2	61,0	61,4	62,2	62,8	61,9	61,1	
Homens	69,3	68,7	68,5	69,2	69,2	69,8	70,3	69,3	68,5	
Mulheres	51,9	52,5	53,1	53,9	54,8	55,5	56,3	55,5	54,7	
Brancos	56,6	56,8	57,8	57,3	58,7	59,7	59,4	61,0	60,7	
Negros	60,8	60,8	60,7	61,6	61,8	62,6	63,3	62,0	61,2	
Chefe	75,9	74,8	74,7	74,7	74,7	74,9	74,5	72,5	72,2	
Cônjuge	56,8	57,6	57,3	58,3	58,8	59,8	60,2	60,0	58,6	
Filho	48,4	49,6	50,2	51,1	51,9	53,3	54,8	54,3	53,4	
Entre 10 e 14 Anos	10,3	8,9	8,8	7,9	5,3	5,8	5,0	4,5	3,1	
Entre 15 e 17 Anos	39,1	36,9	35,9	33,2	31,7	29,6	31,8	28,8	26,5	
Entre 18 e 24 Anos	74,1	74,6	74,5	74,6	75,1	75,1	75,4	75,8	73,9	
Entre 25 e 39 Anos	83,5	84,7	84,4	84,9	84,9	85,5	85,4	84,7	84,1	
Entre 40 e 59 Anos	71,6	70,6	70,6	71,1	72,0	72,8	72,7	71,8	70,3	
60 anos e mais	19,2	17,9	18,1	18,4	17,7	18,6	19,1	17,8	17,4	
Analfabeto	43,9	40,4	41,3	38,4	37,7	35,4	37,1	33,5	32,6	
Fundamental incompleto	50,5	50,5	49,7	49,7	48,8	49,1	49,2	46,0	45,0	
Fund.comp. e médio inc.	64,2	63,8	64,5	64,9	65,2	65,3	65,2	65,1	63,3	
Médio comp.e sup. inc.	77,7	77,2	77,7	78,9	78,7	78,5	78,5	77,9	77,2	
Superior completo	84,2	84,2	83,8	84,9	84,2	83,9	83,1	83,5	81,7	

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

que para as mulheres, um pouco mais elevadas para negros que para brancos, além de crescente com o nível de instrução das pessoas.

Para uma melhor avaliação do mercado de trabalho da RMS em período mais recente apresenta-se a Tabela 4, que permite um acompanhamento das variações da taxa de participação nos anos 1997, 2004 e 2005.

Tabela 4
Variações da taxa de participação em anos selecionados

Variações	2005 / 1997	2005 / 2001	2005 / 2004
TOTAL	2,0	-0,5	-1,3
Homens	-1,2	-1,0	-1,2
Mulheres	5,4	-0,2	-1,4
Brancos	7,2	3,4	-0,5
Negros	0,7	-1,0	-1,3
Chefe	-4,9	-3,3	-0,4
Cônjuge	3,2	-0,3	-2,3
Filho	10,3	2,9	-1,7
Entre 10 e 14 Anos	-69,9	-41,5	-31,1
Entre 15 e 17 Anos	-32,2	-16,4	-8,0
Entre 18 e 24 Anos	-0,3	-1,6	-2,5
Entre 25 e 39 Anos	0,7	-0,9	-0,7
Entre 40 e 59 Anos	-1,8	-2,4	-2,1
60 anos e mais	-9,4	-1,7	-2,2
Analfabeto	-25,7	-13,5	-2,7
Fundamental incompleto	-10,9	-7,8	-2,2
Fund.comp. e médio inc.	-1,4	-2,9	-2,8
Médio comp.e sup. inc.	-0,6	-1,9	-0,9
Superior completo	-3,0	-3,0	-2,2

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Em relação a 1997, a participação da força de trabalho no mercado de trabalho da RMS ficou 2,0% mais elevada. A participação feminina cresceu 5,4%, enquanto a masculina diminuiu 1,2%. Com um aumento de 7,2% na taxa de participação, os brancos aumentam significativamente a pressão sobre o mercado de trabalho, contra uma elevação de apenas 0,7% na taxa dos negros. Os chefes diminuem sua participação no mercado de trabalho (4,9%) e os cônjuges e filhos aumentam, muito embora isso aconteça de maneira diferenciada.

Diminui de maneira significativa a participação de crianças (69,9%) e adolescentes (32,2%) no mercado de trabalho da RMS, bem como de analfabetos (25,7%) e pessoas com ensino fundamental incompleto (10,9%), caracteri-

zando uma melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho da RMS. Com exceção da faixa etária de pessoas entre 25 e 39 anos, que aumentou sua participação relativa em 0,7%, todas as demais faixas etárias tiveram reduções relativas: os jovens entre 18 e 24 anos (0,3%), os adultos entre 40 e 59 anos (1,8%) e os idosos com idade de 60 anos e mais (9,4%). A redução da taxa de participação também acontece para todos os níveis de escolaridade. Os destaques aparecem para os analfabetos (25,7%) e para as pessoas com ensino fundamental incompleto (10,9%).

Em relação a 2004, a RMS apresentou uma taxa de participação total menos elevada em 0,5%. Comparativamente ao que ocorreu em relação a 1997, destacam-se as mudanças de sinal para as mulheres (-0,2%), os negros (-1,0%), os cônjuges (-0,3%) e as pessoas com idade entre 25 e 39 anos (-0,9%).

Entre 2004 e 2005, a taxa de participação sofreu uma diminuição de 1,3%. A redução da taxa de participação acontece para todos os segmentos analisados, muito embora para os homens, mulheres e negros as reduções mostraram-se um pouco diferenciadas em relação à taxa total. Vale destacar a diminuição da participação relativa de crianças e adolescentes no mercado de trabalho da RMS. A taxa de participação da RMS mostrou-se menos elevada para todos os níveis de instrução. A diminuição dessa taxa aparece mais fortemente para os indivíduos com ensino fundamental completo (2,8%), os analfabetos (2,7%), bem como para os indivíduos com ensino fundamental incompleto e os com nível superior completo (2,2% para ambos).

DESEMPENHO DO NÍVEL OCUPACIONAL

Uma avaliação do desempenho da ocupação na RMS requer que se compreenda o que significa ocupação para a PED. A situação de ocupado é definida pela PED a partir de três características. A primeira característica exige que a pessoa, para ser considerada como ocupada, deva estar sendo remunerada regularmente. A segunda considera

que a pessoa ocupada pode também estar sendo remunerada de forma irregular, desde que não esteja procurando trabalho diferente do atual – nesse momento, excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias. A terceira considera que a pessoa pode não estar sendo remunerada, mas encontra-se ajudando negócios de parentes, ou sendo remunerada em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Apesar do crescimento do número de desempregados, não se pode deixar de perceber que a ocupação na RMS

vem se elevando, de maneira ininterrupta, desde o ano de 2000, como pode ser visto com o auxílio da Tabela 5. Em termos absolutos, é ao setor de serviços que se deve atribuir o crescimento da ocupação da RMS. Este setor responde pelo maior número absoluto de pessoas ocupadas. Foram 789 mil pessoas alocadas nesse setor em 2005, representando 60,8% do total de ocupações. Em seguida, aparece o comércio, com 209 mil postos de trabalho e um peso relativo de 16,1%. O agregado "outros setores", com 179 mil ocupações, e a indústria, com 121 mil postos de trabalho, representam, respectivamente, 13,9% e 9,3% do total de ocupações da RMS.

As variações desses quantitativos podem ser vistas na Tabela 6. Em relação a 1997, a RMS aumentou o nível de ocupação em 22,3%. Esse aumento se mostrou presente, embora de maneira diferenciada, em todos os setores de atividade.

Tabela 5
Estimativas da ocupação por setor da atividade econômica 1997-2005

Setores	Anos								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ocupados	1.061	1.046	1.038	1.098	1.122	1.171	1.203	1.261	1.298
Indústria	89	85	84	89	90	98	106	107	121
Comércio	190	179	165	180	186	191	192	208	209
Serviços	615	623	630	658	670	711	730	768	789
Outros ¹	167	159	159	171	176	171	174	178	179
Inativos	906	929	949	956	973	978	989	1.042	1.093

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
¹ Incluem Construção Civil, Serviços Domésticos e Outras Atividades.
² As estimativas em 1.000 pessoas.

Diminui de maneira significativa a participação de crianças (69,9%) e adolescentes (32,2%) no mercado de trabalho da RMS, bem como de analfabetos (25,7%) e pessoas com ensino fundamental incompleto (10,9%), caracterizando uma melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho da RMS

Tabela 6
Variações das estimativas da ocupação setorial em anos selecionados

Variações	2005 /1997	2005 /2001	2005 /2004
Ocupados	22,3	15,7	2,9
Indústria	36,0	34,4	13,1
Comércio	10,0	12,4	0,5
Serviços	28,3	17,8	2,7
Outros ¹	7,2	1,7	0,6

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
¹ Incluem construção civil, serviços domésticos e outras atividades.

O setor industrial liderou esse aumento ocupacional (36,0%). Em seguida aparecem os setores de serviços (28,3%), comércio (10,0%) e o agregado "outros setores" (7,2%). Em 2005, relativamente ao ano anterior, o crescimento mais elevado da ocupação se verificou na indústria (13,1%), aparecendo em seguida o setor de serviços (2,7%). As menores elevações aconteceram no agregado "outros setores" e na atividade comercial, que aumentaram a ocupação em apenas 0,6% e 0,5%, respectivamente.

A Tabela 7 apresenta as variações anuais dos ocupados segundo a posição na ocupação. Em relação a 1997, todas as posições na ocupação apresentaram aumentos no número de trabalhadores; o setor privado sai na frente com 47,7% de crescimento no número de trabalhadores, enquanto o setor público aumenta apenas 1,8%. Dentre os assalariados do setor privado, vale destacar o número de subcontratados, que mais do que dobrou (111,9%), mas também são significativos os percentuais de aumento para os assalariados com registro em carteira (54,2%) e mesmo os sem carteira (30,3%).

Tabela 7
Variações dos ocupados por posição na ocupação em anos selecionados

Posição na Ocupação	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Assalariados Total	34,8	17,0	6,2
Assalariados Setor Privado	47,7	19,9	8,1
Com Carteira Assinada	54,2	22,7	10,1
Sem Carteira Assinada	30,3	11,8	2,0
Subcontratados	111,9	67,6	17,9
Demais	40,4	14,3	6,6
Assalariados Setor Público	1,8	6,9	-0,8
Autônomo	12,9	21,6	-0,6
Empregadores	11,0	12,8	-2,1
Empregados Domésticos	6,5	0,7	-0,2

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Em relação a 2004, apenas se constata crescimento relativo ocupacional para a categoria dos assalariados (6,2%). Dessa forma, os empregadores

(2,1%) e os autônomos (0,6%) apresentaram reduções relativas em seus postos de trabalho, enquanto os empregados domésticos permaneceram relativamente estáveis (-0,2%). Dentre os assalariados, verificou-se uma elevação da ocupação do setor privado (8,1%) e uma redução do setor público (0,8%). Apesar do aumento absoluto e relativo dos assalariados do setor privado, esse crescimento não foi uniforme. Merecem destaques os crescimentos dos assalariados subcontratados (17,9%) e os com carteira de trabalho assinada (10,1%). Muito embora também tenham aumentado os "demais trabalhadores assalariados" (6,6%) e os assalariados sem carteira (2,0%).

Assim é que, em comparação com 2004, o contingente de pessoas na situação de desemprego diminuiu de maneira absoluta em 12 mil pessoas. Isso foi possível em decorrência da criação de 37 mil novos postos de trabalho, número esse mais que suficiente para absorver as 25 mil pessoas que ingressaram na força de trabalho, contribuindo para a redução do contingente de desempregados. Assim, a despeito de uma maior pressão sobre o mercado de trabalho, a atividade econômica da RMS aumentou o contingente de ocupados, conseguindo diminuir o número absoluto e relativo de desempregados.

COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO

Desempregados, para a PED, são os indivíduos que, por diferentes razões, encontram-se em uma das seguintes situações. As pessoas na condição de desemprego aberto devem ter procurado trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não terem exercido nenhum trabalho nos últimos sete dias. Por outro lado, a condição de desemprego oculto considera duas circunstâncias bem distintas: com trabalho precário ou por desalento. A primeira circunstância engloba pessoas que realizam algum trabalho remunerado de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, ou mesmo realizam algum trabalho não remunerado, mas trabalharam em ajuda a negócios de parentes. Podem ainda estar procurando mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.

Na segunda circunstância, o desemprego oculto

por desalento, trata-se de pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram trabalho nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses. Uma vez classificados os indivíduos em uma das formas de desemprego, pode-se estimar a taxa de desemprego total, de desemprego aberto e desemprego oculto, a depender da classificação do desempregado. A taxa de desemprego é, então, calculada através da relação entre os desempregados e a PEA.

As informações contidas na Tabela 8 mostram que o contingente de pessoas em busca de uma ocupação foi estimado em 419 mil, para o ano de 2005, enquanto esse número foi de 292 mil em 1997.

Tabela 8
Estimativas do desemprego
1997-2005

Tipo de desemprego	Anos									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Desempregados	292	347	398	398	426	440	468	431	419	
Aberto	168	198	224	224	254	263	284	252	244	
Oculto	125	149	174	174	172	177	184	179	175	
P/ Trabalho precário	81	102	121	124	124	126	127	129	127	
P/ Desalento	43	47	53	49	48	52	57	51	48	

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

É notável o fato do volume absoluto de desempregados ter iniciado uma diminuição a partir de 2004 e continuado em 2005, embora o número seja ainda muito elevado, pois ele representa 127 mil pessoas a mais na condição de desemprego, quando comparado com 1997. Em 2005, foram 244 mil pessoas consideradas na condição de desemprego aberto e 175 mil na de desemprego oculto.

A Tabela 9 permite dizer que, com respeito a 2004, houve uma redução mais acentuada no quantitativo de pessoas em desemprego aberto relativamente ao daquelas em desemprego oculto; já em relação a 2001, tem-se uma

redução do número de desempregados aberto e um aumento do número de pessoas em desemprego oculto. Com respeito a 1997, o

Tabela 10
Taxas de desemprego por tipo
1997-2005

Tipo de Desemprego	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Total	21,6	24,9	27,7	26,6	27,5	27,3	28,0	25,5	24,4	13,0	-11,3	-4,3
Aberto	12,4	14,2	15,6	15,0	16,4	16,3	17,0	14,9	14,2	14,5	-13,4	-4,7
Oculto	9,2	10,7	12,1	11,6	11,1	11,0	11,0	10,6	10,2	10,9	-8,1	-3,8
Por Trabalho Precário	6,0	7,3	8,4	8,3	8,0	7,8	7,6	7,6	7,4	23,3	-7,5	-2,6
Por Desalento	3,2	3,4	3,7	3,3	3,1	3,2	3,4	3,0	2,8	-12,5	-9,7	-6,7

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Tabela 9
Variações das estimativas do desemprego
1997-2005

Variações	2005 /1997	2005 /2001	2005 /2004
Desempregados	43,5	-1,6	-2,8
Aberto	45,2	-3,9	-3,2
Oculto	40,0	1,7	-2,2
Por Trabalho Precário	56,8	2,4	-1,6
Por Desalento	11,6	0,0	-5,9

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

número de pessoas na condição de desemprego aberto aumentou relativamente mais que o quantitativo de pessoas em desemprego oculto.

Segundo a Tabela 10, a taxa de desemprego total da RMS se mostra ascendente entre 1997 e 1999, quando alcançou 27,7%. Em seguida, apresenta uma relativa

estabilidade, embora em um patamar mais elevado, até 2002. Em 2003, a taxa de desemprego da RMS alcança seu pico anual mais elevado ao chegar a 28,0% da PEA, para, desde então, mostrar sinais de redução. A taxa de desemprego oculto apresenta uma estabilidade muito forte para o conjunto do período, enquanto a taxa de desemprego aberto, como não poderia deixar de ser, aponta flutuações significativas. Essa taxa se

eleva entre 1997 e 1999, diminui levemente em 2000; flutua em um patamar superior a 15% entre 2000 e 2003 e inicia um movimento de diminuição a partir de então.

Em relação ao ano anterior, percebe-se que em 2005 houve uma redução da taxa de desemprego (4,3%). Essa redução decorreu fundamentalmente de uma elevação da ocupação (2,9%), que ultrapassou o crescimento da PEA (1,5%), de forma que a maior pressão das pessoas no mercado de trabalho passou a ser canalizada mais para a ocupação que para o desemprego. Isso somente foi possível porque houve elevação do nível da atividade econômica, através de uma dinâmi-

ca econômica mais forte que a dinâmica populacional com seus fluxos específicos entre a atividade e a inatividade econômica. A problemática populacional encontrou-se, portanto, refreada por movimentos econômicos conjunturais mais favoráveis à ocupação, absorvendo

os novos entrantes no mercado de trabalho e contribuindo para a redução do número de desempregados. Em 2005, a taxa de desemprego aberto total foi estimada em 14,2%, ou seja, 4,7% menor que a de 2004 e 13,4% menor que a de 2001.

A taxa de desemprego oculto foi calculada em 10,2%. Essa taxa se apresenta menor tanto em relação a 2004 (3,8%) quanto em relação a 2001 (8,1%). A análise do desemprego oculto mostra reduções tanto da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (2,6%) como da taxa de desemprego oculto pelo desalento (6,7%). Estima-se que havia, em 2005, 244 mil pessoas em desemprego aberto e 175 mil em desemprego oculto, dos quais 127 mil encontravam-se no desemprego oculto pelo trabalho precário e os demais 48 mil no desemprego oculto pelo desalento. Em relação a 1997, a taxa total de desemprego cresceu 13,0%, tendo o desemprego aberto aumentado 14,5% e o oculto 10,9%.

O comportamento da taxa de desemprego pode ainda ser observado segundo os atributos pessoais dos desempregados, conforme consta na Tabela 11. Em 2005, relativamente ao ano anterior, o recuo da taxa de desemprego total deu-se, com exceção dos cônjuges, para todos os grupos populacionais investigados, muito embora os percentuais se apresentem bastante diferenciados.

Quando observada por sexo, a taxa de desemprego diminuiu muito mais para os homens (8,2%) que para as mulheres (0,7%). Entretanto, as taxas de homens e mulheres se encontram ainda muito elevadas, quando

comparadas com aquelas verificadas em 1997. A comparação com 1997 permite dizer que as mulheres enfrentam uma elevação de 19,3% em sua taxa de desemprego; embora em menor grau, a taxa de desemprego dos homens também se mostra mais

elevada (6,0%). Em relação ao ano de 2001, a situação do mercado de trabalho apresenta sinais de melhora, pois a taxa de desemprego se mostra menor tanto para os homens (14,8%) quanto para as mulheres (7,9%).

Com respeito à raça, em relação a 2004, tem-se que brancos e negros diminuíram suas respectivas taxas de desemprego, muito embora a diminuição para os brancos (5,5%) seja mais elevada que para os negros (4,1%). Em relação a 1997, o comportamento da taxa de desemprego se mostra também diferenciado para brancos e negros, pois apesar de enfrentarem taxas elevadas, o crescimento da taxa dos brancos (1,2%) é muito menos significativo que o dos negros (12,3%).

Observando-se a taxa de desemprego segundo a posição no domicílio, constata-se que, em 2005, comparativamente a 2004, apenas os cônjuges enfrentaram elevação da taxa de desemprego, passando de 23,7% para 24,3%, um aumento de 2,5%. Todas as demais posições no domicílio tiveram reduções da taxa de desemprego. Chefes (5,7%) e filhos (5,2%) lideram os percentuais de redução, mas tam-

A taxa de desemprego diminuiu muito mais para os homens (8,2%) que para as mulheres (0,7%). Entretanto, as taxas de homens e mulheres se encontram ainda muito elevadas, quando comparadas com aquelas verificadas em 1997

Tabela 11
Taxas de desemprego por atributos pessoais
1997-2005

Atributos Pessoais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Homens	20,1	22,9	25,8	24,1	25,0	24,9	26,1	23,2	21,3	6,0	-14,8	-8,2
Mulheres	23,3	27,1	29,9	29,3	30,2	29,9	30,1	28,0	27,8	19,3	-7,9	-0,7
Branco	17,0	18,1	21,2	18,1	18,6	19,3	20,8	18,2	17,2	1,2	-7,5	-5,5
Negro	22,7	26,4	29,1	28,0	28,7	28,6	29,1	26,6	25,5	12,3	-11,1	-4,1
Chefe	13,0	15,5	17,9	16,6	16,7	16,4	17,3	15,7	14,8	13,8	-11,4	-5,7
Cônjuge	19,9	23,7	26,4	25,8	26,4	25,8	26,2	23,7	24,3	22,1	-8,0	2,5
Filho	34,0	36,9	40,7	39,1	41,7	41,1	41,7	38,1	36,1	6,2	-13,4	-5,2
Entre 10 e 14 anos	31,6	33,8	41,3	41,4	49,3	43,5	40,1	(1)	(1)	-	-	-
Entre 15 e 17 anos	43,1	46,3	53,5	51,3	53,4	56,2	59,3	50,6	49,7	15,3	-6,9	-1,8
Entre 18 e 24 anos	32,7	38,2	41,4	40,2	42,2	43,4	44,0	41,8	40,6	24,2	-3,8	-2,9
Entre 25 e 39 anos	18,2	21,5	24,2	22,8	24,2	23,8	24,8	22,6	22,3	22,5	-7,9	-1,3
40 anos e mais	11,8	13,4	15,8	15,8	15,3	15,2	15,8	14,1	13,2	11,9	-13,7	-6,4

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. (-) Dados não disponíveis.

bém os outros membros do domicílio (1,4%) passaram a enfrentar taxas menores de desemprego.

Vistas por faixas etárias, as taxas de desemprego são menores, tanto em relação a 2004 quanto em relação a 2001. Em relação a 2004, a maior redução da taxa de desemprego aparece para as pessoas com 40 anos e mais (6,4%), seguindo-se os jovens entre 18 e 24 anos (2,9%). Mesmo assim esses jovens enfrentam taxas de desemprego muito elevadas (40,6%), ficando evidente a necessidade de políticas de emprego focadas nestas pessoas. Felizmente, o mesmo não se pode dizer para crianças entre 10 e 14 anos e adolescentes com idade entre 15 e 17 anos. A criança enfrenta uma taxa de desemprego muito elevada, como pode ser observado através do dado de 2003; no entanto, percebe-se também que o

trabalho infantil vem diminuindo progressivamente na RMS; uma prova disso é que a captação do desemprego dessas pessoas tem ficado difícil, motivo pelo qual não se dispõe da informação para 2004 e 2005. Quanto à taxa de desemprego do adolescente, percebe-se um recuo em relação a 2004 (1,8%) e mesmo em relação a 2001 (6,9%). É bom lembrar que crianças e adolescentes devem ter a atenção de políticas de ordem social, tendo em vista, sobretudo, a inclusão destas pessoas no sistema educacional e não no mercado de trabalho.

Em relação a 1997, registrou-se crescimento da taxa de desemprego para todos os grupos populacionais. O aumento relativo da taxa total de desemprego foi particularmente severo para os outros membros do domicílio (31,1%), para os jovens (24,2%), para as pessoas com idade entre 25 e 39 anos (22,5%) e para os cônjuges (22,1%). Mas os chefes (13,8%) e os filhos (6,2%) também se encontram em situações relativamente piores que aquelas de 1997.

Em relação a 2004, conforme a Tabela 12, as taxas de desemprego foram menos elevadas para todos os níveis de instrução. As reduções mais significativas aparecem para os analfabetos (5,6%),

para as pessoas que possuem o ensino médio completo ou nível superior incompleto (5,4%) e para aquelas que detêm o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto (5,0%). As pessoas com ensino fundamental incompleto (2,1%) e aquelas com superior completo (1,4%) também tiveram melhores condições em termos de taxa de desemprego. Uma comparação com o ano de 2001 aponta redução da taxa de desemprego para todos os segmentos de escolaridade, com exceção das pessoas com nível superior completo, que enfrentaram uma taxa de desemprego 4,4% mais elevada.

Vale ressaltar ainda que o quadro do desemprego da RMS em 2005 supera aquele de 1997, quando todos os níveis de escolaridade enfrentavam taxas menores de desemprego, com significativas diferenças para as pessoas com ensino médio completo ou com ensino superior incompleto (31,8%) e para aquelas com o ensino fundamental completo ou com ensino médio incompleto (19,4%).

Para finalizar esta parte, tem-se que a observação mais interessante sobre o comportamento do mercado de trabalho da RMS pode ser verificada quando se compara a taxa de crescimento da PEA com a taxa de crescimento da ocupação, significando dizer que a entrada de pessoas no mercado de trabalho passou a se dar em um ritmo inferior ao da ocupação. Efetivamente, em 2005 relativamente a 2001, a ocupação cresceu 15,7%, com uma conseqüente redução do número de desempregados da ordem de 1,6%. Esse comportamento se confirma em relação a 2004, quando a redução do número de desempregados foi de 2,8%. Pode-se concluir que o mercado de trabalho da RMS, pelo menos no que diz respeito ao nível de ocupação, vem apresentando sinais de melhora.

Tabela 12

Taxas de desemprego por nível de instrução RMS, 1997-2005

Nível de Escolaridade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Analfabeto	18,1	21,0	24,1	24,3	25,6	24,5	21,0	21,5	20,3	12,2	-20,7	-5,6
Fundamental incompleto	25,5	29,5	32,6	30,9	32,1	32,0	32,1	28,2	27,6	8,2	-14,0	-2,1
Fund comp e ens méd inc.	27,3	31,4	35,7	34,1	34,6	35,0	37,2	34,3	32,6	19,4	-5,8	-5,0
Méd. comp. e ens. sup. incom.	17,3	20,3	22,4	22,4	24,0	23,9	25,3	24,1	22,8	31,8	-5,0	-5,4
Superior completo	6,6	6,9	7,9	6,7	6,8	6,9	7,5	7,2	7,1	7,6	4,4	-1,4

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS

As informações sobre o rendimento do trabalho são levantadas pela PED em cada mês, mas são relativas ao mês imediatamente anterior ao mês de passagem da pesquisa no domicílio. Esses valores têm, portanto, uma defasagem de um mês em relação às demais informações da pesquisa. Esse rendimento médio do trabalho é captado através da declaração do rendimento monetário bruto efetivamente recebido no mês imediatamente anterior ao da

pesquisa (sem descontos de imposto de renda e previdência). No entanto, para os assalariados são considerados os descontos por falta e os acréscimos devido às horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal. O rendimento médio no trabalho principal refere-se, portanto, à média trimestral do rendimento nominal captado, rendimento esse que é estimado em termos reais, com o auxílio do índice de preços ao consumidor da cidade de Salvador.

Como pode ser visto na Tabela 13, em 2005, o rendimento real médio no trabalho principal dos

percentual sobe para 17,7% quando a comparação é feita em relação a 1997.

Com um valor estimado em R\$ 840, o rendimento médio real dos assalariados apresentou estabilidade absoluta e relativa (0,0%). Em relação a 2001,

O setor privado aponta em 2005, relativamente a 2004, um crescimento de 2,0% nos salários pagos a seus trabalhadores. A perda salarial em relação a 2001 foi de 5,1%, e de 14,5% em relação a 1997

esses trabalhadores sofreram uma redução de 4,5% em seus rendimentos, quando os trabalhadores assalariados detinham um rendimento médio de R\$ 880. Quando a comparação é feita com o ano de 1997, verifica-se que esses trabalhadores sofreram uma redução

de 16,4% em seu rendimento real médio, cujo valor era de R\$ 1.005.

O setor privado aponta em 2005, relativamente a 2004, um crescimento de 2,0% nos salários pagos a seus trabalhadores. A perda salarial em relação a 2001 foi de 5,1%, e de 14,5% em relação a 1997. Assim é que, os assalariados do setor privado recebiam, em média, R\$ 820 em 1997, passando a receber R\$ 739 em 2001 e R\$ 701 em 2005.

Os assalariados do setor público experimentaram estabilidade relativa de seus rendimentos (-0,1%). Contudo, esses rendimentos são 1,3% mais elevados que aqueles alcançados em 2001, muito embora se encontrem 7,1% menores em relação a 1997. Os valo-

Tabela 13

Rendimento real médio dos ocupados por posição na ocupação RMS, 1997-2005

Posição na Ocupação	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Total de Ocupados	889	873	811	809	797	792	710	728	732	-17,7	-8,2	0,5
Assalariados	1.005	980	907	895	880	880	807	840	840	-16,4	-4,5	0,0
Setor Privado	820	809	745	733	739	736	675	687	701	-14,5	-5,1	2,0
Subcontratados	586	578	575	575	586	617	587	595	611	4,3	4,3	2,7
C/ Carteira Assinada	948	935	858	838	840	837	756	778	783	-17,4	-6,8	0,6
S/ Carteira Assinada	437	433	410	430	429	428	424	410	423	-3,2	-1,4	3,2
Setor Público	1.456	1.418	1.350	1.390	1.336	1.349	1.260	1.354	1.353	-7,1	1,3	-0,1
Autônomo	585	547	541	548	564	533	454	441	457	-21,9	-19,0	3,6
Empregadores	2.732	2.777	2.571	2.559	2.632	2.459	2.135	2.023	2.037	-25,4	-22,6	0,7
Empregados Domésticos	216	222	219	224	229	233	226	229	242	12,0	5,7	5,7

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Nota: Os dados foram deflacionados pelo IPC da SEI.

ocupados ficou relativamente estável (0,5%), e seu valor foi estimado em R\$ 732 contra os R\$ 728 de 2004. Em relação a 2001, o rendimento médio dos ocupados se mostra 8,2% menos elevado. Esse

res absolutos desses rendimentos foram: R\$ 1.456 para 1997, R\$ 1.336 para 2001 e R\$ 1.353 para 2005.

Dentre os assalariados do setor privado, os maiores aumentos foram para aqueles sem registro em

carteira (3,2%), seguindo-se os assalariados subcontratados (2,7%) e, por fim, os assalariados com carteira de trabalho, que experimentaram aumentos menos expressivos de seus rendimentos (0,6%). Em relação a 2001, esses rendimentos se mostram mais elevados para os assalariados subcontratados (4,3%) e menos elevados para os assalariados com carteira (6,8%) e mesmo para os sem carteira (1,4%). Quando comparados aos valores de 1997, os trabalhadores assalariados subcontratados continuam a apresentar rendimentos mais elevados (4,3%), enquanto para os assalariados com carteira (17,4%) e para os sem carteira (3,2%) existem perdas em seus respectivos ganhos.

Tanto os trabalhadores domésticos (5,7%) quanto os autônomos (3,6%) verificaram elevações de seus rendimentos, cujos valores alcançaram, respectivamente, R\$ 242 e R\$ 457. Entretanto, os trabalhadores autônomos apresentam perdas tanto em relação a 1997 (21,9%) quanto em relação a 2001 (19,0%). Por outro lado, os domésticos aparecem com rendimentos mais elevados em 1997 (12,0%) e em 2001 (5,7%).

Com menor percentual, mas também com aumento de rendimentos, aparecem os empregadores (0,7%). Em termos absolutos, os empregadores, com um rendimento médio de R\$ 2.037, continuam liderando os ganhos médios reais na RMS. Muito embora esse valor encontre-se 25,4% menor que o de 1997 e 22,6% menor que o de 2001.

A Tabela 14 mostra os rendimentos reais médios por setor da atividade econômica. Em 2005, relativamente a 2004, os ocupados dos serviços domésticos (5,7%), do comércio (4,8%) e da construção civil (2,1%) apresentaram alguma recuperação de seus rendimentos, enquanto a indústria (-0,2%) e o setor de serviços (-0,5%) mantiveram praticamente os mesmos ganhos de seus trabalhadores.

Tabela 14
Rendimento real médio dos ocupados por setor de atividade RMS, 1997-2005

Posição na Ocupação	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Indústria	1.358	1.343	1.109	1.150	1.122	1.080	992	1.029	1.027	-24,4	-8,5	-0,2
Comércio	773	728	630	662	663	639	559	546	572	-26,0	-13,7	4,8
Serviços	992	976	932	922	908	897	803	830	826	-16,7	-9,0	-0,5
Construção civil	1.031	1.012	882	794	830	844	728	747	763	-26,0	-8,1	2,1
Serviços domésticos	216	222	219	224	229	233	226	229	242	12,0	5,7	5,7

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Em relação aos anos de 1997 e de 2001, exceto para os serviços domésticos, se percebe perdas nas remunerações pagas em todos os setores da atividade econômica da RMS. Em relação a 2001, destacam-se as reduções dos ganhos dos trabalhadores do comércio (13,7%). Em relação a 1997, as perdas são importantes em todos os setores, tendo-se, assim, grandes perdas nos rendimentos do comércio e da construção civil (26%) e da indústria (24,4%), mas não se pode deixar de registrar as diminuições dos ganhos dos ocupados nos serviços (16,7%) e o aumento nos serviços domésticos (12,0%).

Pode-se, agora, acompanhar os rendimentos de 2005, em relação a 2004, nos grandes ramos dos setores da atividade econômica da RMS. Na indústria, houve elevação dos rendimentos do trabalho no ramo "têxtil, calçados e artefatos de tecidos" (26,7%) e no ramo "petroquímico, químico, farmacêutico e plásticos" (1,3%), verificando-se retrações desses ganhos nos ramos "metal-mecânica" (11,5%) e "alimentação" (3,3%). No setor de serviços, destacam-se os aumentos dos trabalhadores dos ramos de "educação" (10,4%) e de "outros serviços de reparação e limpeza" (7,8%); por outro lado, há reduções dos ganhos dos trabalhadores dos ramos "serviços especializados" (7,6%), "serviços de oficinas de reparação mecânica" (6,7%), "serviços de utilidade pública" (6,2%) e de 6,1% tanto nos "serviços creditícios e financeiros" como nos "serviços de alimentação".

Relativamente a 1997, no entanto, praticamente todos os ramos da indústria e do setor de serviços apresentaram perdas para os ganhos de seus trabalhadores. A única exceção aparece para os trabalhadores do ramo de "serviços de educação", que obtiveram aumento de 12,8% em seus rendimentos. As principais reduções de rendimentos no ramo industrial aparecem para os ocupados do ramo de "ali-

mentação" (35,4%), de "metal-mecânica" (26,1%) e de "petroquímica, química, farmacêutica e plásticos" (22,5%). No setor de serviços as principais perdas foram para os ocupados dos ramos "creditício e financeiro" (28,5%), "oficinas de reparação mecânica" (24,8%) e "outros serviços" (23,8%). Também foram expressivas as perdas de ganhos para os trabalhadores dos ramos de "serviços de transportes e armazenagem" (22,4%), "serviços de utilidade pública" (21,7%), "serviços de reformas e reparações de edificações" (20,0%) e "serviços especializados" (20,0%).

Tabela 15
Massa real de rendimentos no trabalho principal Apropriação pelos ocupados 1997-2005

Anos	Média	10% menores	Mediana	10% maiores
1997	889	52	371	1.585
1998	873	62	375	1.499
1999	811	60	366	1.403
2000	809	69	365	1.358
2001	797	84	374	1.307
2002	792	76	374	1.327
2003	710	63	345	1.183
2004	728	61	345	1.238
2005	732	68	365	1.228

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

A evolução da massa média dos rendimentos reais dos ocupados da RMS fica mais interessante quando acompanhada pelos movimentos dos valores máximos recebidos pelos 10% mais pobres, pelo rendimento mediano (que divide a população ocupada entre os 50% de menores rendimentos e os 50% de maiores rendimentos) e pelos 10% mais ricos. Conforme a Tabela 15, a média da massa de rendimentos dos ocupados da RMS caiu de R\$ 889, em 1997, para R\$ 732, em 2005, caracterizando uma perda de 17,7%. Os movimentos de apropriação dessa massa se apresentam, no entanto, de maneira diferenciada entre seus grupos internos.

A primeira constatação que se faz é quanto ao valor absoluto desse rendimento. Assim, em 2005, os 10% de menores rendimentos ganhavam até R\$ 68, um valor ínfimo, portanto, apesar da elevação de 31% em relação a 1997. A segunda constatação diz respeito à comparação entre a média e a mediana desses mesmos rendimentos. A média apresenta um valor duas vezes superior ao da mediana. Isso acon-

tece não porque a média é elevada, mas porque a mediana é muito baixa, ou seja, 50% dos ocupados da RMS ganham até R\$ 365. Esse é um valor muito baixo para garantir uma sobrevivência com dignidade em um mundo em que os preços acompanham os mercados internacionalizados na maior parte das vezes. É bom lembrar que o valor real da mediana praticamente não se alterou entre 1997 e 2005.

A terceira constatação aparece quando se acompanha o valor da massa dos rendimentos dos 10% que ganham mais na RMS. Em termos reais esse valor sofreu uma redução de 22,5% entre 1997 e 2005, quando passou de R\$ 1.585 para R\$ 1.228. Assim, percebe-se que apenas 10% dos ocupados da RMS ganham acima desses valores e esses valores vêm diminuindo ao longo desses últimos anos, fato esse que caracteriza uma classe média em processo de perda de rendimentos, caminhando para um empobrecimento ainda mais significativo.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Para evidenciar uma conclusão, apresentam-se as principais observações colhidas nessa avaliação do mercado de trabalho da RMS. Foram acontecimentos positivos e negativos, tornando, naturalmente, mais complexa uma avaliação desse mercado. Desde 2003, a PIA vem crescendo mais que a PEA; conseqüentemente, a taxa de participação tende a diminuir e a inatividade cresce proporcionalmente mais que a PEA. Isso pode estar escondendo uma realidade muito precária no seio da sociedade, já que pessoas com perfil ativo podem estar deixando de procurar um posto de trabalho.

São muitos os aspectos positivos presentes, sobretudo nos últimos dois anos, no mercado de trabalho da RMS. Dentre esses aspectos, destacam-se o crescimento da participação da mulher e do filho no mercado de trabalho, apesar das leves quedas nas respectivas taxas de participação em relação a 2004, e a diminuição da participação de crianças e adolescentes, bem como a redução da participação de pessoas analfabetas. O mesmo não se pode dizer acerca dos indivíduos com nível de escolaridade superior completo, cuja taxa de participação também diminuiu, tanto em relação a 1997 como em relação a 2004.

Outro aspecto positivo e de grande importância é o crescimento ininterrupto da ocupação desde 1999.

Em relação a 2004, foram criados 37 mil novos postos de trabalho. O setor de serviços sai na frente com 21 mil novas ocupações. Mas a indústria apresenta a mais elevada taxa de crescimento da ocupação, embora tendo gerado 14 mil novos postos. Cresce proporcionalmente mais o número de trabalhadores subcontratados e de assalariados com registro em carteira. Isso pode estar significando um aumento no grau de terceirização de trabalhadores, bem como um aumento da formalidade do mercado de trabalho.

Além disso, pode-se destacar como outro aspecto positivo o fato de que em 2005 chegou-se à menor taxa de desemprego desde 1998 (24,4%). Em relação a 2004, são 12 mil pessoas que deixaram a condição de desemprego. Embora trate-se ainda de uma situação muito distante daquela enfrentada em 1997, quando a RMS detinha 127 mil desempregados a menos. Em 2005, relativamente a 2004, o desemprego aberto diminuiu mais que o oculto. Fato esse que pode estar revelando uma dinâmica relativa do mercado de trabalho, sem que isso venha provocando uma atração de pessoas da inatividade.

Os rendimentos apenas cresceram nas faixas menos favorecidas. Uma melhor visualização desse fenômeno acontece ao se acompanhar o comportamento dos rendimentos dos segmentos mais pobres, medianos e mais ricos da população ocupada. Os 10% de menor rendimento ganham até R\$ 68 e os 10% de maior rendimento recebem um piso de R\$ 1.228. Em relação a 1997, o primeiro segmento teve seus ganhos aumentados em 31%, enquanto o segundo sofreu uma perda de 22,5%. Isso pode estar significando um empobrecimento dos segmentos que formam uma classe média.

REFERÊNCIAS

- TROYANO, A. A. et al. *Operacionalização dos conceitos*. São Paulo: Revista da Fundação Seade. v. 1, n. 2, 1985.
- DEDECCA, C. Conceitos e estatística básica sobre mercado de trabalho. In: Oliveira M. A., (Org.) *Economia e Trabalho: textos básicos*. Marco Antonio de Oliveira (org). Campinas; Unicamp-IE, 1998.